



AGÊNCIA  
PORTUGUESA  
DO AMBIENTE

**Título:** Relatório de Consulta Pública  
AIA2961  
Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa: Monsanto-  
Santa Apolónia e Chelas Beato

**Autoria:** Agência Portuguesa do Ambiente  
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental  
Divisão de Cidadania Ambiental  
Rita Cardoso

**Data:** agosto de 2017



## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA .....	3
3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA .....	3
4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO .....	3
5. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	4
6. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	4

### ANEXO

- Pareceres recebidos no período da Consulta Pública



## 1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do projeto "Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa: Monsanto-Santa Apolónia e Chelas-Beato"

## 2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

Dando cumprimento ao preceituado no art.º 35.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, a Consulta Pública decorreu durante 20 dias úteis, de 27 de julho a 24 de agosto de 2017.

## 3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes locais:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- Câmara Municipal de Lisboa
- Freguesias do Beato, Avenidas Novas, Marvila, Campolide, Campo de Ourique, Penha de França, Santa Maria Maior e São Vicente

Encontrando-se, também, disponível para consulta em [www.apambiente.pt](http://www.apambiente.pt) e em [WWW.PARTICIPA.PT](http://WWW.PARTICIPA.PT).

## 4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR-LVT, Câmara Municipal de Lisboa e nas freguesias do Beato, Avenidas Novas, Marvila, Campolide, Campo de Ourique, Penha de França, Santa Maria Maior e São Vicente
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social;



- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
- Envio de ofício circular a entidades e ONGA constantes no RNOE.

## 5. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas **7 exposições** provenientes das seguintes entidades:

- Junta de Freguesia Santa Maria Maior
- Estado-Maior da Força Aérea
- DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- Turismo de Portugal
- ANAC – Autoridade Nacional da Aviação Civil
- ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações
- EDP Distribuição

## 6. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

A **Junta de Freguesia de Santa Maria Maior** entende que embora o projeto seja de enorme importância para a melhoria da segurança contra o risco de inundações, particularmente na Baixa Pombalina, solicita particular atenção quanto às medidas de contenção dos efeitos decorrentes das obras e quanto à implementação de um Plano de Contingência em que, em todos os percursos pedonais, sejam criadas condições de circulação plena, sem barreiras, com pavimentos secos e anti derrapantes, marginados por painéis lisos e bem iluminados, por forma a proteger as necessidades de uma população idosa e com muitas limitações na sua vida quotidiana.

Alerta, ainda, para as alterações das condições hidrológicas do subsolo, devendo ser feito um projeto particular sobre aquelas matérias e implementadas medidas de monitorização do comportamento dos edifícios, quer durante, quer após a conclusão da obra.

Refere que a constituição geológica do subsolo da freguesia, ao contrário de outras áreas atravessadas pelos túneis que é de rocha rígida, é de camadas de areias e argilas pouco consolidadas.

O **Estado-Maior da Força Aérea** informa que o projeto em análise se encontra na Zona de Libertação das antenas de Lisboa e pela Zona de Desobstrução do Link entre CA Monsanto – BA6 Montijo, pelo que há viabilidade para a realização do mesmo.

Informa, ainda, que nos termos da servidão, o projeto final, com a implantação, assim como cortes e alçados devidamente cotados, deve ser remetido à Força Aérea para emissão de parecer final.

A **DGADR** refere que nada tem a opor.



O **Turismo de Portugal** refere que embora sejam expectáveis impactes negativos, na fase de construção, suscetíveis de afetar a atividade turística, a implementação do projeto contribui decisivamente para a melhoria da qualidade de vida na cidade e para a segurança de pessoas e bens, fator que releva de forma muito positiva para o setor do turismo.

Alerta, ainda, para a importância da implementação das medidas de minimização de impactes negativos, em particular na fase de construção.

A **ANAC** informa que, decorrente da implementação do projeto, na sua área de intervenção situada na área de servidão do Aeroporto Humberto Delgado (Decreto nº 48542, de 24 de agosto de 1968), não são expectáveis quaisquer estruturas capazes de se construírem como obstáculo à navegação aérea.

No entanto, alerta para a eventualidade da utilização de gruas na fase de construção, deverá ser solicitada autorização a ANAC para operação das mesmas.

A **ANACOM** verifica a inexistência de condicionantes de natureza radioelétrica, aplicáveis ao local em causa.

Assim, não coloca objeção à implementação do projeto em análise.

A **EDP Distribuição** informa que a tipologia de obras a realizar em solo profundo não impactará na rede elétrica a cargo da EDP Distribuição, à exceção de alguma interferência junto da zona de descarga dos túneis previstos (em Santa Apolónia e Beato).

Assim, refere a necessidade de salvaguarda das distâncias de proteção previstas nos regulamentos e demais legislação aplicável e os procedimentos relativos a pedidos de modificação das redes e respetivos encargos, garantindo a continuidade da rede existente.



AGÊNCIA  
PORTUGUESA  
DO AMBIENTE

## **RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA**

**Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa: Monsanto-Santa Apolónia e Chelas-Beato – AIA2957**

*Rita Cardoso*

Rita Cardoso



AGÊNCIA  
PORTUGUESA  
DO AMBIENTE

# **ANEXO**

**Pareceres recebidos no período da Consulta Pública**



DCM

# JUNTA DE FREGUESIA STA. MARIA MAIOR



Ex.mo Senhor  
Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, 9/9ª – Zambujal  
Ap. 7585 2610-124 Amadora

V / Refª S043173201707-DCOM.DCA  
Data:

Nª Refª 26 /GP/2017  
Data: 30/ 08/2017

Assunto: Consulta Pública do Projeto “Tuneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa” – AIA 2961

Exmo. Senhor,

Em resposta ao solicitado pelo Ofício acima referenciado venho informar V.Ex.ª que a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, embora entenda que esta grande obra é de enorme importância para a melhoria da segurança contra o risco de inundações, particularmente na Baixa Pombalina que é parte integrante deste território, solicita à APA que o relatório da AIA tenha particular atenção quanto às medidas de contenção dos efeitos decorrentes das obras e quanto à implementação de um Plano de Contingência em que, em todos os percursos pedonais, sejam criadas condições de circulação plena, sem barreiras, com pavimentos secos e anti derrapantes, marginados por painéis lisos e bem iluminados, por forma a proteger as necessidades de uma população idosa e com muitas limitações na sua vida quotidiana.

De igual modo se deverá ter uma particular atenção quanto às alterações das condições hidrológicas do subsolo, devendo ser feito um projeto particular sobre esta matéria e implementadas medidas de monitorização do comportamento dos edifícios, quer durante, quer após a conclusão da obra. Este aspeto é particularmente importante para esta Junta de Freguesia uma vez que a constituição geológica do subsolo deste território, ao contrário das outras áreas atravessadas pelos tuneis que é de rocha rígida, é de camadas de areias e argilas pouco consolidadas. Esta matéria é uma das principais preocupações quer durante a realização desta obra, quer quanto ao futuro do conjunto edificado, constituído, na sua quase totalidade, por edifícios antigos e de grande valor patrimonial e histórico.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Junta de Freguesia  
de Santa Maria Maior



Miguel Coelho

Sede: Rua dos Fanqueiros, 170 – 178 1100-232 Lisboa

Tel: 210 416 300

Fax: 218 870 366

Email: geral@jfsantamariamaior.pt





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
FORÇA AÉREA

*Gabinete do Chefe do Estado-Maior*

Em resposta

refira: 2017-08-17\*009752

P.º: 185/17

Para: Exmo. Senhor  
Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal  
Apartado 7585  
2611-865 AMADORA

Assunto: **CONSULTA PÚBLICA DO PROJETO “TÚNEIS DO PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA” – AIA2961**  
(DI 60.310/17 IDP 105227)

Ref.ª: V/ ofício n.º S043173-201707-DCOM.DCA, de 25JUL17

*EX.ª S.ª DR. NUNO LASAIA,*

Relativamente ao assunto em epígrafe, tendo por base o Decreto-Lei 597/73 de 07 novembro, e face aos elementos que nos foram submetidos a apreciação a coberto do ofício em referência, em que a Câmara Municipal de Lisboa solicita parecer sobre o projeto em epígrafe, sito entre Monsanto – Santa Apolónia e Chelas – Beato, concelho de Lisboa, encarrega-me S. Ex.ª o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de informar V. Ex.ª que o referido projeto se encontra na Zona de Libertação das antenas de Lisboa e pela Zona de Desobstrução do Link entre CA Monsanto – BA6 Montijo, pelo que há viabilidade para a realização do projeto requerido.

Mais me encarrega S. Ex.ª o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de informar V. Ex.ª que, nos termos da servidão, o projeto final, com a implantação, assim como cortes e alçados devidamente cotados, deve ser remetido à Força Aérea para emissão de parecer final.

Com os melhores cumprimentos e consideração

Ø CHEFE DO GABINETE

/  
João Guilherme Rosado Cartaxo Alves  
Major-General Piloto Aviador

3038 7 AGO 2017

À  
Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, 9/9A  
Zambujal  
Apartado 7585  
2611-865 AMADORA

E060780-201708 - 10-08-2017

Sua Referência	Sua Data	Nossa Referência	Data
N.º Proc.º.		N.º Of_DSTAR_DOER_DOC000008329_2017 Proc.º. 7018/2017	03-08-2017

ASSUNTO: Consulta Pública do Projeto "Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa AIA2961

Sobre o assunto mencionado em epígrafe e em resposta ao v/ ofício S043173-201707-DCOM.DC, após consulta do Estudo de Impacte Ambiental, esta Direção-Geral nada tem a opôr.  
Com os melhores cumprimentos.

O Director Geral



(Pedro Teixeira)

CF/



Dcom

Exmo(a). Sr.(a)  
Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, 9/9 A – Zambujal  
Ap. 7585  
2010-124 AMADORA

V/ Refª.: S043173-201707-DCOM.DCA  
V/Comunicação: 25.07.2017

25 AGO. 2017

N/ Refª SAI/2017/11117/DVO/DEOT/FV  
Procº. 14.01.14/566

**ASSUNTO:** Consulta Pública do Projeto "Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa"  
- AIA 2961

Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, junto se envia cópia da Informação de Serviço deste Instituto, com o nº INT/2017/8727[DVO/DEOT/VC], bem como dos despachos que sobre a mesma recaíram.

Com os melhores cumprimentos



Fernanda Praça  
Diretora do Departamento de  
Ordenamento Turístico

Anexo: o mencionado

**Informação de Serviço n.º INT/2017/8727/DVO/DEOT (Proc.º 14.01.14/566)**

**Assunto:** Consulta Pública do EIA do Projeto "Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa"

**Promotor:** APA – Agência Portuguesa do Ambiente

---

Visto. Concordo.

Considerando o exposto na Informação de serviço, sublinha-se que, pese embora sejam expectáveis impactes negativos na fase de construção, suscetíveis de afetar a atividade turística, a implementação do projeto contribui decisivamente para a melhoria da qualidade de vida na cidade e para a segurança de pessoas e bens, fator que releva de forma muito positiva para o setor do turismo.

Alerta-se para a importância da implementação das medidas de minimização de impactes negativos, em particular na fase de construção.

Comunique-se à Agência Portuguesa do Ambiente.

A Diretora do Departamento  
de Ordenamento Turístico



Fernanda Praça  
(Por subdelegação de competências)  
24.08.2017

**Informação de Serviço Nº INT/2017/8727 [DVO/DEOT/VC]**  
24/08/2017

**Assunto:** Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto "Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa"  
**Processo:** 14.01.14/566  
**Proponente:** APA – Agência Portuguesa do Ambiente

### I – ENQUADRAMENTO

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no âmbito da Consulta Pública prevista no procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do projeto, em fase de Estudo Prévio, em epígrafe, de acordo com o n.º 2 do art.º 31.º do DL nº 151-B/2013, de 31 de outubro, divulgou, através do ofício n.º S043173-201707-DCOM.DCA, de 25/07/2017 (registado neste Instituto com o n.º 17652 em 01/08/2017) que o período de consulta pública deste projeto decorrerá entre o dia 27 de julho e o próximo dia 24 de agosto.

O presente parecer teve por base os elementos do processo de AIA disponíveis no site da APA, relativos ao Estudo de Impacte ambiental (EIA).

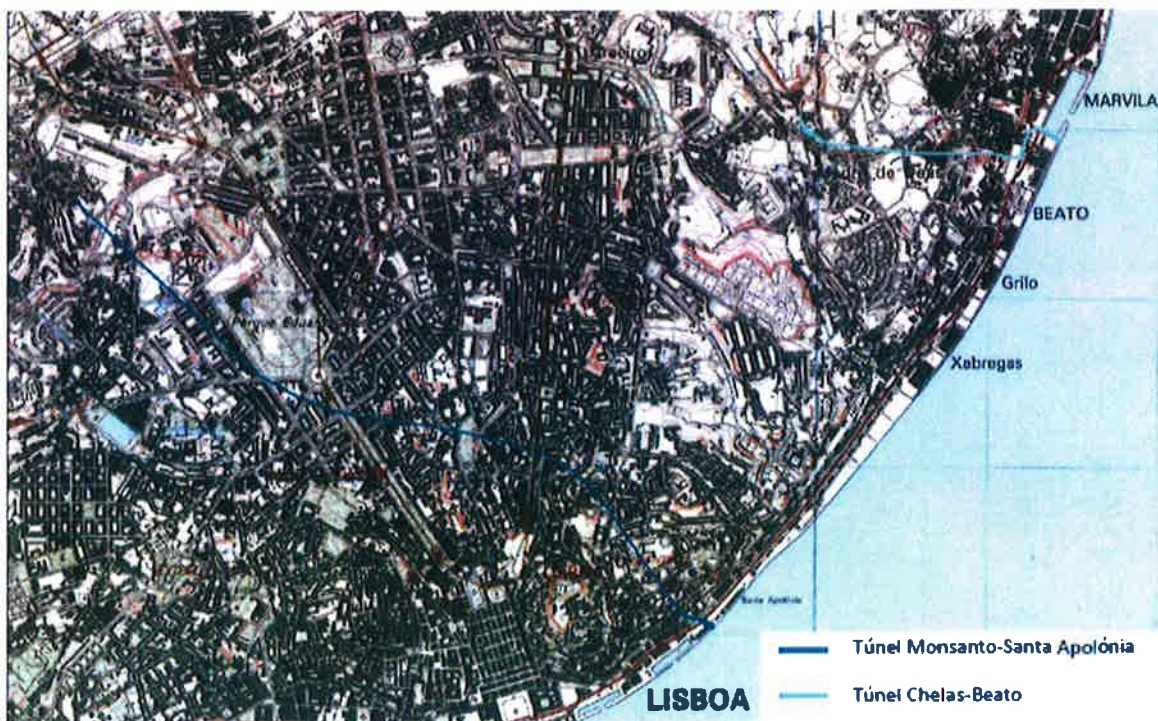
O Plano Geral de Drenagem de Lisboa (PGDL) 2016-2030 surge no âmbito da revisão e atualização do anterior Plano Geral de Drenagem de Lisboa, aprovado em 2008. Constituíram princípios orientadores do plano a preocupação em desenvolver soluções de controlo do risco de inundações que minimizem os impactos sociais e ambientais e garantam um desempenho adequado das infraestruturas principais ou estruturantes, para eventos de elevado período de retorno (100 anos).

### II – DESCRIÇÃO

#### Localização

O projeto dos Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa, localiza-se dentro da área do município de Lisboa e abrange duas localizações:

- O túnel Monsanto-Santa Apolónia, com cerca de 5 km de comprimento, capta as águas que vêm de montante, até Campolide, passando depois por um conjunto de ligações que levam a água ao túnel em profundidade, nomeadamente na parte de cima da Avenida da Liberdade, Rua Alexandre Herculano, Rua de Santa Marta e Avenida Almirante Reis, Santa Apolónia onde é feita a descarga no rio Tejo.
- O túnel Chelas-Beato tem aproximadamente 1.5 km de comprimento e inicia-se em Chelas, onde capta as águas provenientes das zonas a montante e termina no Beato (Fi, onde ocorre a descarga no rio Tejo).



### **Objetivos**

Pretende-se com a construção destes dois túneis captar uma parte considerável das águas da chuva a montante e reduzir o caudal que chega atualmente às zonas ribeirinhas a jusante das bacias de drenagem, reduzindo a ocorrência de inundações rápidas urbanas em zonas críticas da cidade. O sistema atual já não tem capacidade para assegurar a drenagem em várias situações (destacando-se, entre outros eventos pluviosos recentes, as inundações de 18 e 19 de fevereiro de 2008, 30 de outubro de 2010 e de 22 de setembro e 13 de outubro de 2014) levando a prejuízos significativos, perturbação das atividades e até risco de mortalidade, pelo que se torna urgente assegurar a implementação do projeto, ao que acrescem os potenciais efeitos das alterações climáticas que tendencialmente irão agravar a situação.

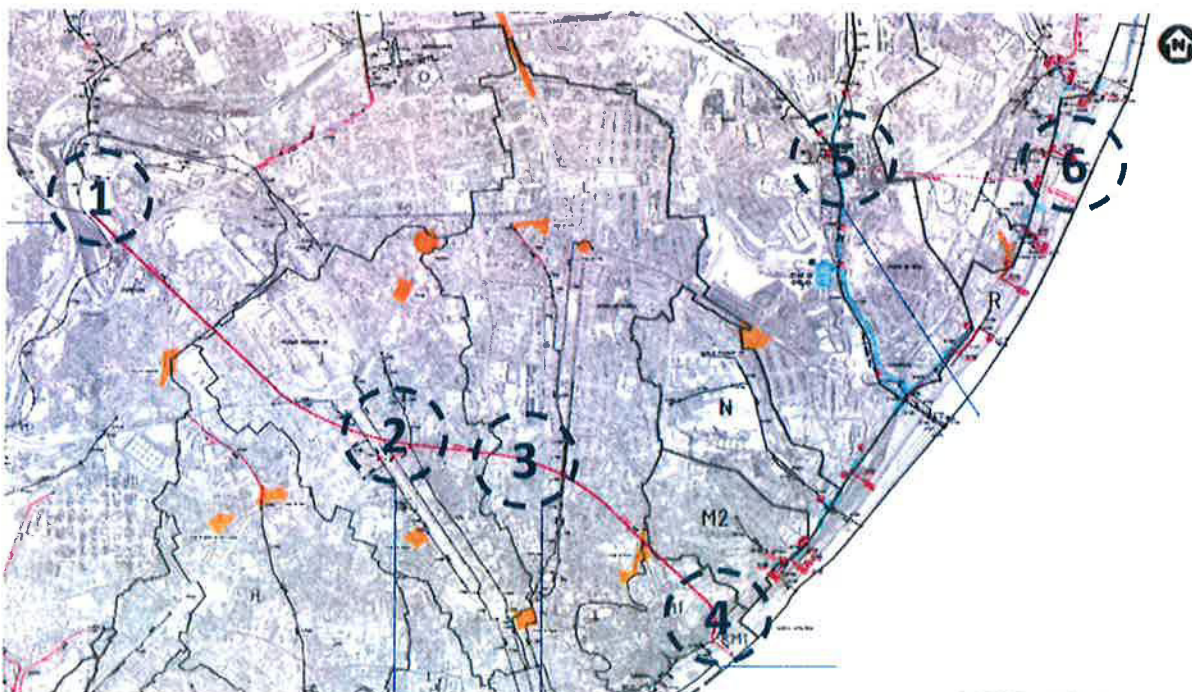
Entre as zonas mais afetadas por inundações significativas), encontram-se a zona baixa de Alcântara e a Baixa de Lisboa, as zonas de Chelas e Beato. Estas zonas estão sujeitas a elevadas perturbações e danos, que importa resolver ou pelo menos atenuar, especialmente em períodos de elevada intensidade pluvial.

### **Projeto**

O projeto encontra-se em fase de Estudo Prévio e de forma genérica consiste na execução de dois túneis subterrâneos:

- O túnel Monsanto-Santa Apolónia, com cerca de 5 km de comprimento, na maioria realizado em profundidade, em túnel (cerca de 4.5 km em profundidade, extensão que varia com a alternativa estudada), contemplando um trecho final com construção à superfície, em vala (com cerca de 200 m, variando também consoante a alternativa). Este túnel atinge profundidades superiores a 70 m. O diâmetro interno do túnel é de 5.5 m, passando a constituir uma secção retangular na parte final, em Santa Apolónia. Esta secção passa sobre o metro e aumenta progressivamente em largura até à descarga final no rio Tejo, onde atinge 28 metros de largura e 3.5 m de altura. O túnel apresenta declives de 0.7% entre Campolide e a Rua de Santa Marta e de 0.45% entre Santa Marta e Santa Apolónia.
- O túnel Chelas-Beato tem aproximadamente 1.5 km, sendo cerca de 1.0 km executado em profundidade e cerca de 300 m executado em vala aberta (a extensão dos troços em profundidade e à superfície varia consoante a alternativa em estudo). O traçado ocorre maioritariamente em profundidade, atingindo profundidades de mais de 50 m, tem um diâmetro interno de 5.5 m e uma inclinação de cerca de 0.5% em toda a sua extensão. Além do troço final no Beato, refiram-se ainda as intervenções à superfície relativas à obra de desvio dos caneiros e obra de entrada, a montante, na zona de Chelas.

As principais intervenções à superfície ocorrem em seis locais, abaixo identificados no mapa:



1 – Campolide; 2 - Avenida da Liberdade/Santa Marta; 3 - Avenida Almirante Reis; 4 - Santa Apolónia; 5 - Chelas; 6 - Beato.

O projeto compreende 2 alternativas para o traçado do túnel Monsanto-Santa Apolónia e 4 alternativas de traçado para o túnel Chelas-Beato, no entanto, os traçados acima identificados correspondem às alternativas consideradas mais benéficas e com menores impactes.

O horizonte deste projeto tem um período de 100 anos, de acordo com o dimensionamento hidráulico.

A previsão de prazo para realização da obra é de 4 anos, com início previsto em 2018.

### III –IMPACTES

De uma forma geral, o projeto irá gerar impactes negativos, grande parte na fase de construção, sendo mais relevantes os impactes positivos que se repercutirão na fase de operação do projeto, nomeadamente sobre a segurança de pessoas e bens.

Fases	Descrição
Construção	Durante a fase de construção irão ocorrer a maioria dos impactes negativos nos fatores ambientais geologia e hidrogeologia e no aproximar da superfície na socioeconomia, nas infraestruturas e património construído (ou arqueológico) pelas vibrações e/ou proximidade, ao nível do ruído, qualidade do ar, e da paisagem. Esta aproximação à superfície ocorre pontualmente, sendo de destacar a Avenida da Liberdade/Santa Marta, a Avenida Almirante Reis e, no troço final do túnel, em Santa Apolónia, tal como acima identificados. Dado o tempo de duração previsto para a execução da obra estes impactes terão um carácter temporário alargado. Destacam-se as perturbações ao nível do ruído, da qualidade do ar, do condicionamento dos acessos na estrutura viária e pedonal, a movimentação de maquinaria e veículos pesados, que terão também reflexos ao nível da socioeconomia, nas áreas afetadas e áreas de influência direta, nomeadamente sobre as atividades aí localizadas (habitação, comércio, serviços e turismo). Pese embora os impactes negativos na socioeconomia, o projeto pela sua dimensão e tempo de duração da obra terá também impactes positivos neste descritor, não só pela criação de emprego, como de forma indireta pelo desenvolvimento económico das atividades associadas à construção do projeto.
Operação	Na fase de exploração, os impactes negativos têm muito pouca expressividade, sendo essencialmente resultantes da descarga dos túneis no Rio Tejo. Prevê-se que estas descargas ocorram uma dezena de vezes, ou mais, por ano, pelo que estes impactes além de temporários são esporádicos. A afetação da qualidade da água é mínima devido à existência de poços de grossos e sistemas mecânicos que retêm os materiais sólidos de maiores dimensões e pela diluição dos caudais da rede de drenagem nas águas pluviais. São de salientar, no entanto, os impactes positivos e muito significativos ao nível da hidrologia, drenagem e recursos hídricos, pelo assegurar de uma melhoria estrutural na drenagem da cidade, nível do solo e ocupação do solo e paisagem pela beneficiação e valorização de zonas anteriormente fustigadas pela ocorrência de inundações, no património e na socioeconomia decorrente da minimização de danos e benefícios associados. A redução da vulnerabilidade ao risco de inundação em zonas críticas da cidade, irá contribuir para atenuar os prejuízos resultantes da ocorrência de inundações a diferentes níveis, danos no património e bens públicos e privados a redução da perturbação de atividades económicas e turísticas. A concretização dos túneis permite, assim, a redução de cerca de 19% das áreas classificadas com elevada vulnerabilidade ao risco de inundação e cerca de 64 % das áreas classificadas com muito elevada vulnerabilidade ao risco de inundação.

#### Ações / Medidas minimizadoras

As principais medidas de mitigação propostas ocorrem na fase de construção, em particular induzida por uma gestão adequada da obra, bem como em fase de operação promovendo uma gestão assente em boas práticas ambientais privilegiando a adaptação e prevenção de riscos. Refira-se ainda a importância das medidas integradas na fase de Projeto de Execução, que permitirão a definição de estratégias com reflexo na minimização de impactes nas fases de construção e operação.

#### Ausência de implementação do Projeto

Na ausência dos túneis, poderá dar origem a outros danos muitíssimo graves, como mortalidade nos munícipes, turistas e outros utentes; a destruição de zonas com património classificado; ou a colocação da cidade em situação de emergência e catástrofe. Nesse sentido a execução deste projeto reveste-se de importância extrema e urgência, podendo mesmo dizer-se que é uma emergência.

#### IV – APRECIÇÃO





##### i. Caracterização genérica da oferta de alojamento turístico no concelho de Lisboa:

Empreendimentos turísticos existentes (RNET)	190 empreendimentos turísticos dos quais 183 estabelecimentos hoteleiros, 5 empreendimentos de apartamentos turísticos, 1 empreendimento de turismo de habitação e 1 PCC, com uma capacidade total de 37.392 camas e 4136 campistas no PCC.
Alojamento local existente (RNAL)	9.239 estabelecimentos desta natureza (7.508 apartamentos, 811 estabelecimentos de hospedagem e 920 moradias), com uma capacidade total de 56.153 utentes.
Pareceres favoráveis emitidos pelo Turismo de Portugal, IP a novos projetos de empreendimentos turísticos (inclui os PIP)	146 novos empreendimentos turísticos, com uma capacidade total de 18.623 camas. Esta oferta é caracterizada em grande parte por estabelecimentos hoteleiros que representam 94% e apartamentos turísticos com uma representatividade de cerca de 6%.

##### ii. Localização georreferenciada<sup>1</sup> da oferta turística na proximidade do projeto

Na análise da localização georreferenciada sobre a existência de empreendimentos turísticos, equipamentos de índole turística ou recursos turísticos na envolvente da área do estudo verifica-se que nas áreas de influência à superfície identificadas no estudo existem diversas ocorrências a assinalar. De acordo com a imagem abaixo:



-  buffer de 200 m
-  Empreendimento Turístico Existente
-  Projeto com Parecer Favorável
-  Pedido de Informação Prévia

<sup>1</sup> Alerta-se que a informação apresentada poderá não estar atualizada face à interrupção temporária do funcionamento do SIG. Sublinha-se ainda que não se encontra disponível a informação georreferenciada relativa a Parques de Campismo e de Caravanismo, Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (nos grupos casas de campo e agroturismo) e Empreendimentos de Turismo de Habitação, por se tratar de tipologias cuja classificação compete às câmaras municipais.



### iii. Análise no âmbito de IGT aplicáveis

Na área de incidência do projeto destacam-se os seguintes planos:

- Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML);
- Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo (PBH Rio Tejo);
- Plano de Gestão dos Riscos de Inundações - Região Hidrográfica 5 - Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRI);
- Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML)

Quanto ao PDML, identifica as zonas com os diferentes tipos de riscos de cheia. É de destacar que a grande maioria das zonas de elevada vulnerabilidade às inundações são objeto de intervenção da proposta. O PDM salvaguarda que no caso de vulnerabilidade a inundações e suscetibilidade ao efeito de maré direto, deve ser apresentado projeto de drenagem que inclua medidas e soluções que assegurem a eficaz drenagem da água e a salvaguarda das condições de total segurança de pessoas e bens. Sublinha-se ainda as condicionantes, servidões administrativas e restrições de utilidade pública que incidem sobre cerca de 60% o território concelhio e sobre as áreas de incidência do projeto. Embora grande parte do projeto seja efetuado ao nível do subsolo, o estudo fez análise para minimizar a sua afetação, nomeadamente interceção com infraestruturas como a rede de metro, condutas de água, entre outros.

### Síntese da apreciação técnica:

O projeto dos Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa, repercute diversos impactes no ambiente de natureza negativa, em especial na fase de construção com incidência mais marcada ao nível dos recursos, hidrogeologia, património e na socioeconomia, com repercussões ao nível da atividade turística, quer diretamente através das perturbações a decorrer ao nível do ruído, qualidade do ar, e congestionamento de acessos viários e pedonais nas áreas de influência à superfície, no alojamento turístico existente na envolvente dessas áreas, quer indiretamente ao nível da desorganização da paisagem e do normal funcionamento das atividades de comércio e serviços associados à atividade turística, que irão perdurar no tempo de duração da execução da obra previsto de 4 anos. No entanto não se pode deixar de considerar e sublinhar os impactes positivos muito significativos que se irão repercutir à escala do município, com especial relevância no que respeita à qualidade de vida e de segurança de pessoas e bens. A redução do risco de inundação em zonas críticas da cidade de Lisboa, e o bom funcionamento do espaço urbano e conseqüentemente na atividade turística. No entanto, sublinha-se a importância das medidas de mitigação e planos de monitorização dos fatores mais críticos afetados, durante a fase de construção e na fase de operação, a aprofundar no projeto de execução.

## V - CONCLUSÃO

Face ao exposto, considera-se que o projeto, embora apresente impactes negativos que conflituam de forma direta com a atividade turística relacionada com a vivência da cidade durante o longo período de execução da obra, apresenta, no entanto, impactes muito positivos ao nível do melhoramento da qualidade de vida na cidade e da segurança de pessoas e bens, fator que revela bastante para o turismo. Alerta-se para a importância das medidas preventivas de minimização dos impactes negativos, em especial que toca à paisagem.

À consideração superior,



Vera Chapado Guedes

Técnico Superior (arq.)

DCOM



22.AGO 2017 \*C 09759

Exmo. Senhor  
Dr. Nuno Lacasta  
Diretor Geral da Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, 9/9 A  
Zambujal Ap. 7585  
2611-865 Amadora

**N/Ref.:** Ofício n.º 3027 DRE-PDC/2017

**Assunto:** Consulta Pública referente ao Licenciamento Único de Ambiente  
Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 2961)

Na sequência do V. Ofício S043173-201707- DCOM.DCA, de 25.07.2017, remetido no âmbito do processo de Licenciamento Único de Ambiente do projeto "Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa" – AIA n.º 2961, somos a remeter a V. Exa. os considerandos da ANAC, no que ao setor da aviação civil diz respeito.

Cumpre-nos informar que, decorrente da implementação do projeto, na sua área de intervenção situada na área de servidão do Aeroporto Humberto Delgado (Decreto n.º 48542, de 24 de agosto de 1968), não são expectáveis quaisquer estruturas capazes de se constituírem como obstáculo à navegação aérea.

Salvaguarda-se, contudo, que na eventualidade da utilização de gruas na fase de construção, deverá ser solicitada autorização a esta Autoridade para operação das mesmas.

Nada mais havendo a referir, encontramos-nos ao dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Com os melhores cumprimentos,

A Vogal do Conselho de Administração

Tânia Cardoso Simões

1

**Agência Portuguesa do Ambiente**  
R. da Murgueira, 9/9A - Zambujal  
Apartado 7585,  
**2610-124 AMADORA**

S/ referência  
S043173-201707-  
DCOM.DCA

S/ comunicação  
25/7/2017

N/ referência  
ANACOM- 2017137821  
- 20081737

Data  
**02-08-2017**

Assunto: AIA 2961 – Túneis do plano geral de drenagem de Lisboa

Em resposta ao ofício de V. Exas. acima referenciado, foi analisado o Resumo Não-Técnico do EIA deste projeto constante da V/ plataforma digital, na perspetiva da identificação de condicionantes que possam incidir sobre o local afeto ao projeto, decorrentes da existência de servidões radioelétricas constituídas ou em vias de constituição ao abrigo do Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de novembro.

Em resultado da análise verificou-se a inexistência de condicionantes de natureza radioelétrica, aplicáveis ao local em causa. Assim, esta Autoridade não coloca objeção à implementação deste projeto naquela área.

Com os melhores cumprimentos,

  
**JAIME AFONSO**  
Chefe da Divisão de Planeamento  
e Engenharia do Espectro



DIRECÇÃO DE REDE E CLIENTES LISBOA  
Rua D. Luís I, 12  
1200-151 Lisboa  
Telef. 210 021 500  
Fax 210 028 620

Dr. Rik  
Caudano  
14/08/2017  
Augusto Serrano  
CHEFE DE DIVISÃO

DCOM

ED061415-201708 - 14-08-2017

Exmo. Senhor  
Presidente do Conselho Directivo da  
Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal  
Ap. 7585  
2610-124 Amadora

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data:
S043173-201707-D COM.DCA		Carta 574/17/ D-DRCL-AER	9 - 8 - 2017

Assunto: Consulta Pública do Projecto "Túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa" – AIA 2961

Exmo. Senhor,

Da análise efectuada ao processo, enquadrada pela rede eléctrica existente, conclui-se que a tipologia de obras a realizar em solo profundo não impactará na rede eléctrica a cargo da EDP Distribuição, à excepção de alguma interferência junto da zona de descarga dos dois túneis previstos (em Santa Apolónia e Beato).

Deste modo, deve referir-se a necessidade de salvaguarda das distâncias de protecção previstas nos regulamentos e demais legislação aplicável e os procedimentos relativos a pedidos de modificação das redes e respectivos encargos, garantindo a continuidade da rede existente. A análise em especialidade competirá à DRCL (Rede de Clientes de Lisboa).

Em relação à apreciação de impacto ambiental, não temos nada a observar.

Com os melhores cumprimentos

Direcção de Rede e Clientes Lisboa  
Dep. Estudo de Redes MT/BT

O Responsável

Ana Cristina Mendes